



Secretaria da
Fazenda



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

CURSO DE ECONOMIA E GESTÃO CONTEMPORÂNEAS

Eugênio Pereira Hübner

**DIVISÃO DE RECURSOS FINANCEIROS
ENTRE OS PODERES DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL**

Série histórica – 1994 a 2013

**Porto Alegre
2014**

O TRABALHO

- Análise da distribuição e evolução dos recursos públicos entre os Poderes do Estado do Rio Grande do Sul, incluindo o Ministério Público, de 1994 a 2013;
- A abordagem é a da Despesa Pública, através de dados da realização orçamentária do Estado;

O TRABALHO

- O objetivo é quantificar o que representa no orçamento do Estado o aumento da participação dos outros Poderes, projetando esse crescimento, e identificando o uso desses recursos;
- A crise das finanças estaduais torna imprescindível conhecer a fundo a aplicação dos recursos, para assim, qualificar o gasto, direcionando o efetivamente às áreas de interesse social.

O MÉTODO

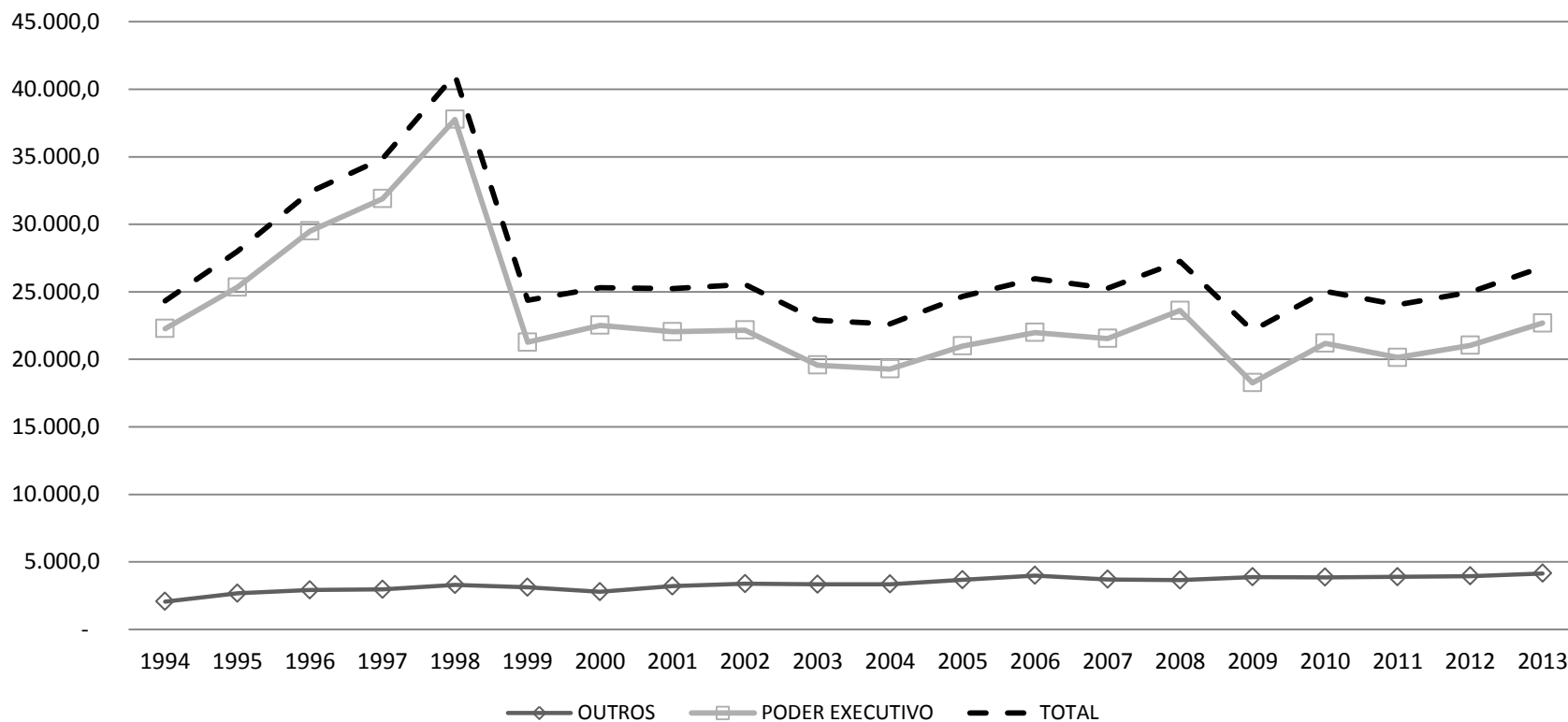
- Dados extraídos do FPE (Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul), através do Armazém de Dados (DW) da SEFAZ-RS e manejados através de Cubos Olap;
- Critério adotado para apuração das despesas foi o da liquidação;
- Período de 1994 à 2013;
- Os valores foram atualizados para maio de 2014 pelo IGP-DI (Fundação Getúlio Vargas);
- Gerados tabelas e gráficos, com valores absolutos e relativos.

O TRABALHO

- Os Poderes do Rio Grande do Sul;
- Lei da Responsabilidade Fiscal;
- Crise das finanças públicas estaduais;
- A Participação dos Poderes do Estado na Despesa Pública: Histórico, Comportamento e Evidências no Caso do Rio Grande do Sul – Valmor Braga Simonetti – PUC/2005.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS POR PODER

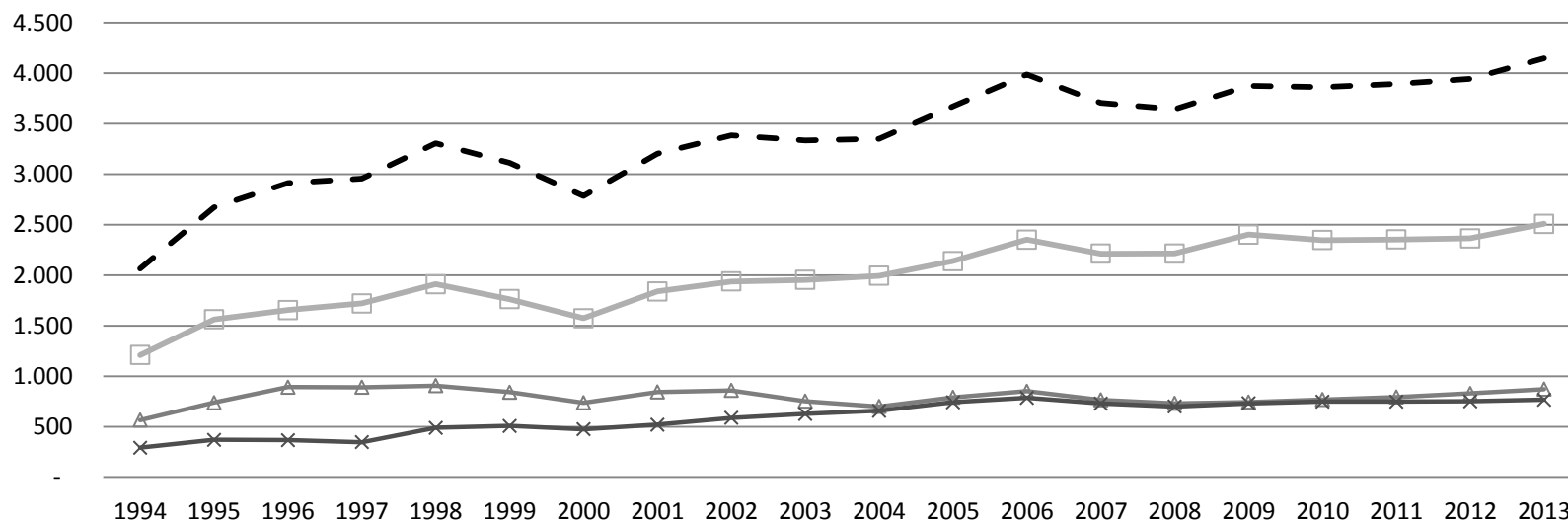
Figura 1 Despesa Executivo X Outros Poderes



EM MILHÕES DE REAIS

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS POR PODER

Figura 2 Despesa dos Outros Poderes



—□— PODER JUDICIARIO

—△— PODER LEGISLATIVO

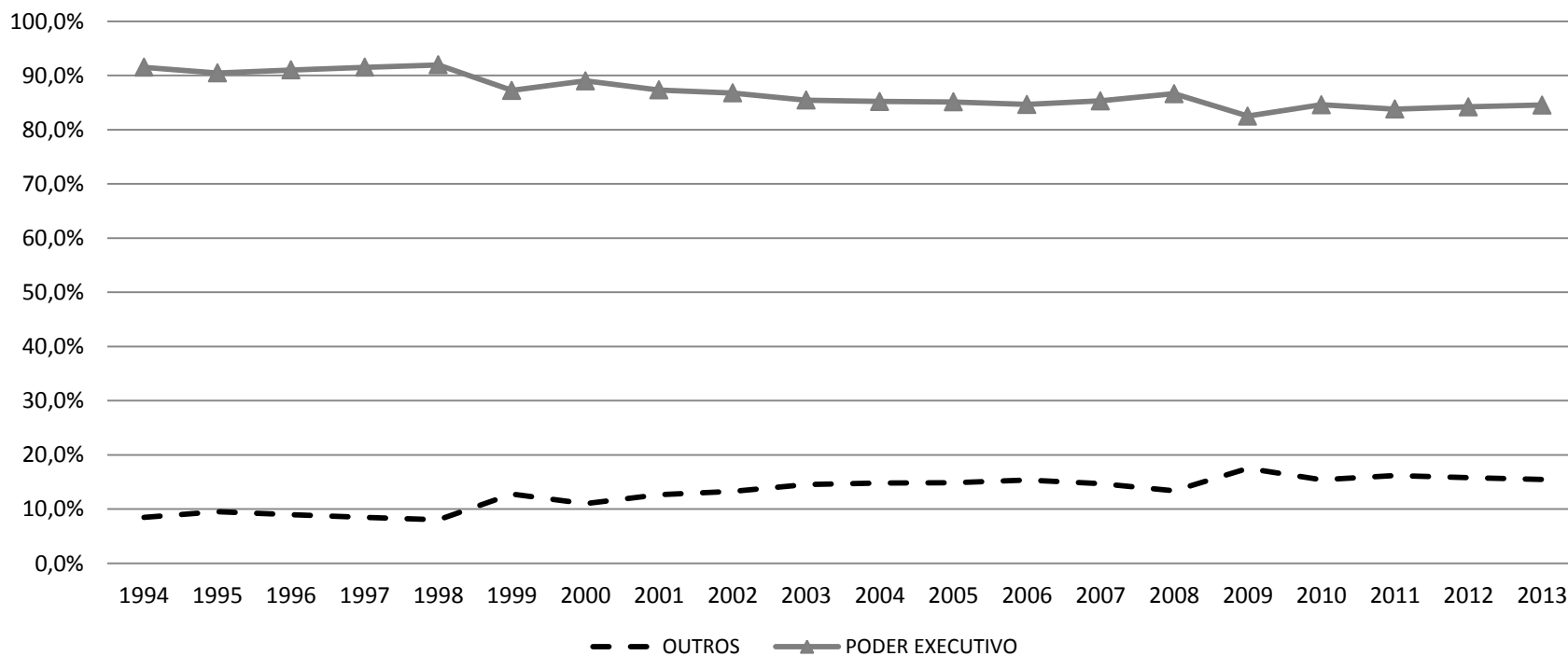
—×— MINISTERIO PUBLICO

— - - - SUBTOTAL

EM MILHÕES DE REAIS

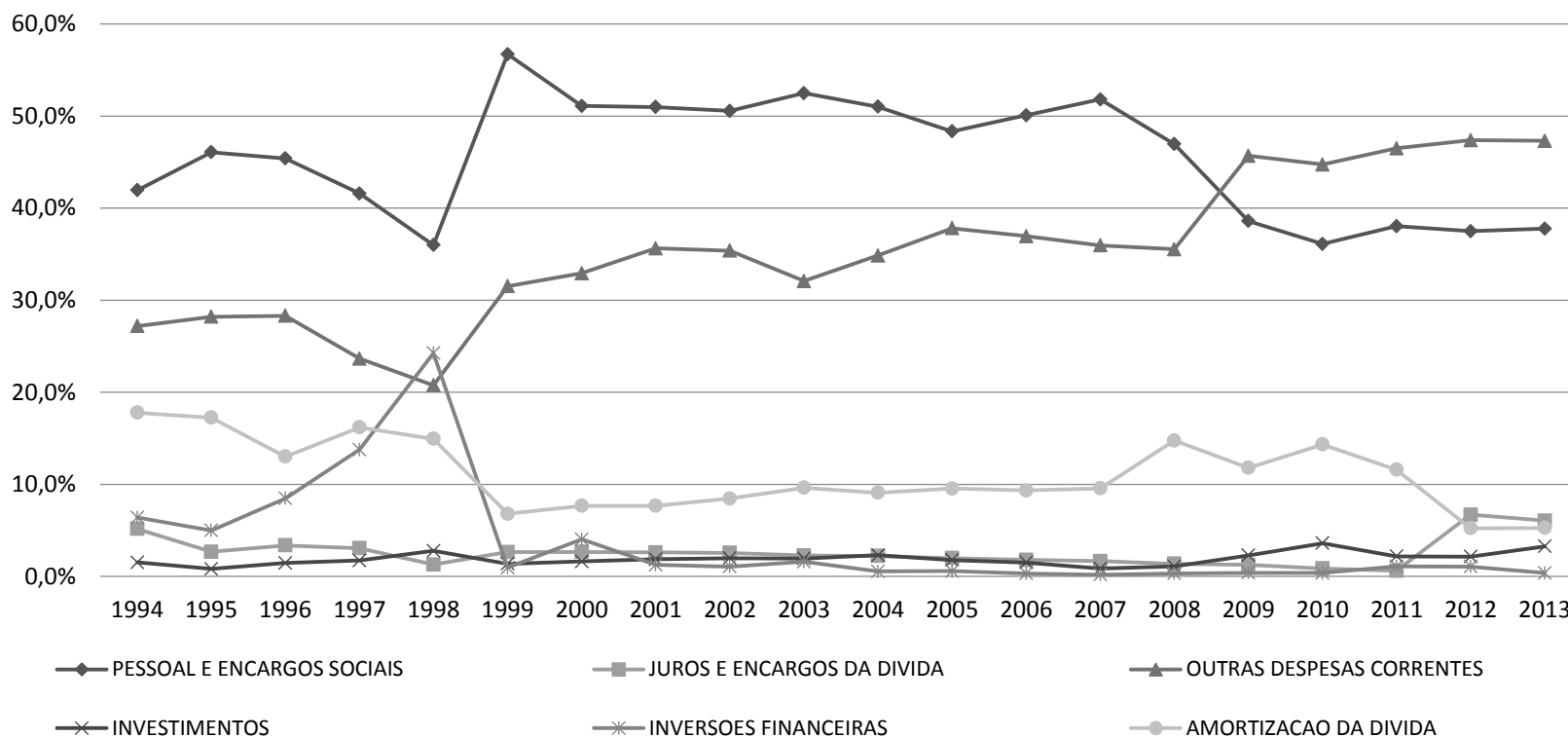
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS POR PODER

Figura 3 Gráfico da Participação dos Poderes



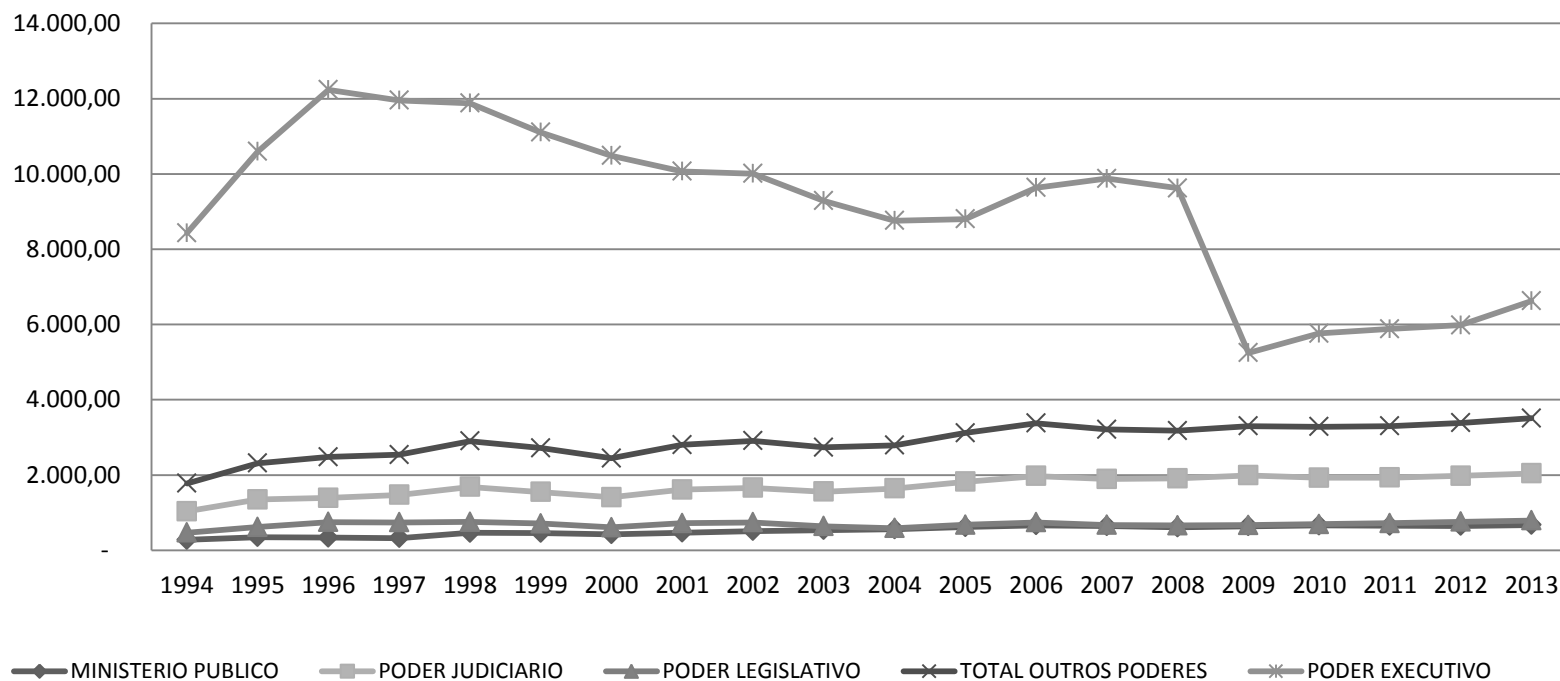
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS PELA NATUREZA

Figura 4 Distribuição por Grupo de Despesa



EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE PESSOAL

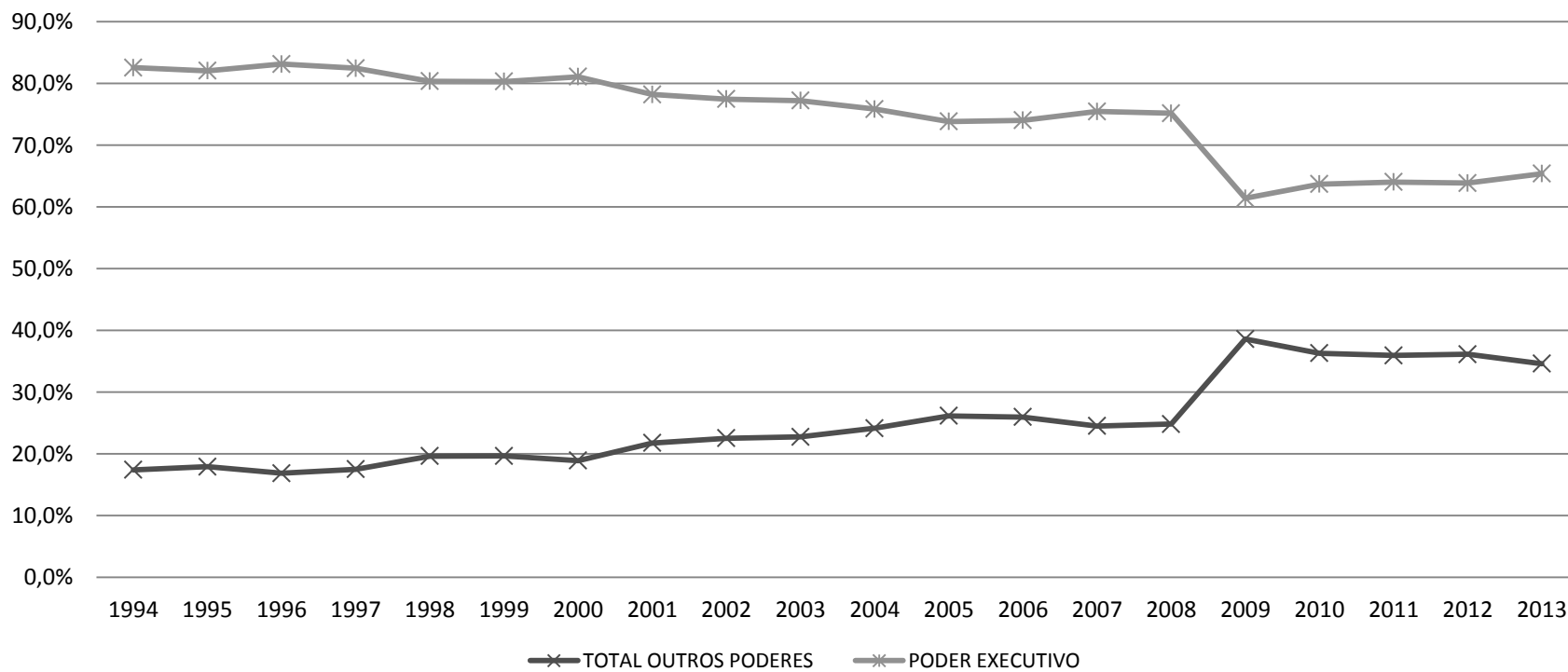
Figura 5 Distribuição da Despesas de Pessoal e Encargos Sociais por Poder em R\$ milhões



EM MILHÕES DE REAIS

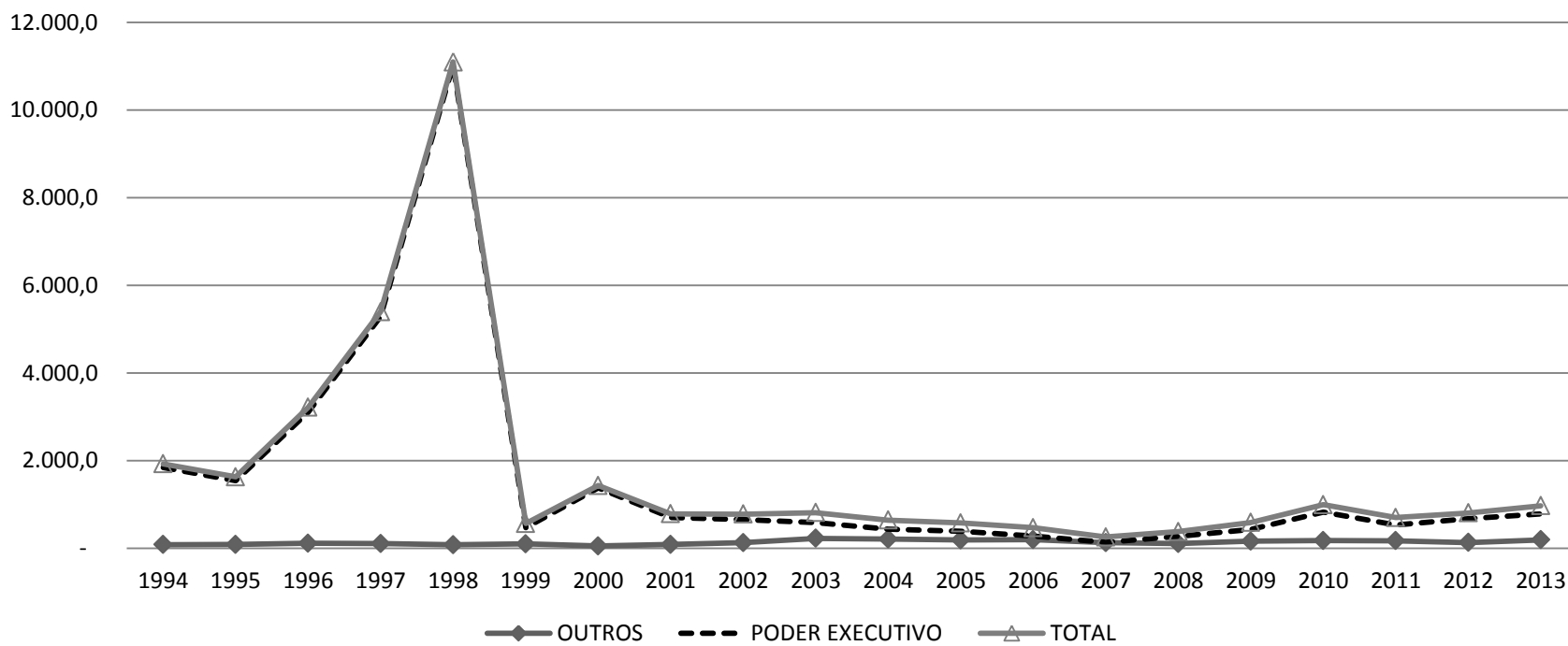
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE PESSOAL

Figura 6 Participação dos Poderes na Despesa de Pessoal e Encargos Sociais



EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM INVESTIMENTOS E INVERSÕES

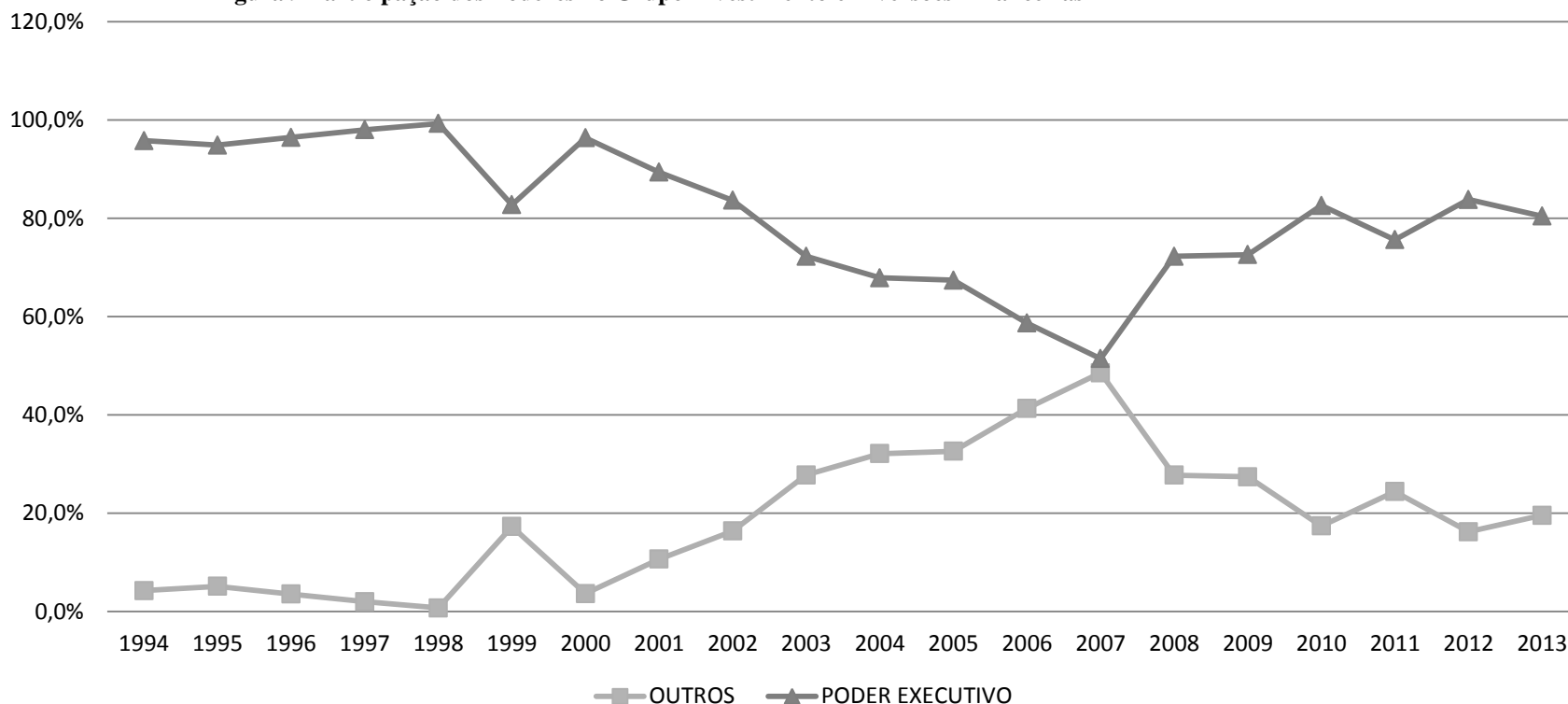
Figura 8 Despesas Anuais
Grupo Investimento e Inversões Financeiras



EM MILHÕES DE REAIS

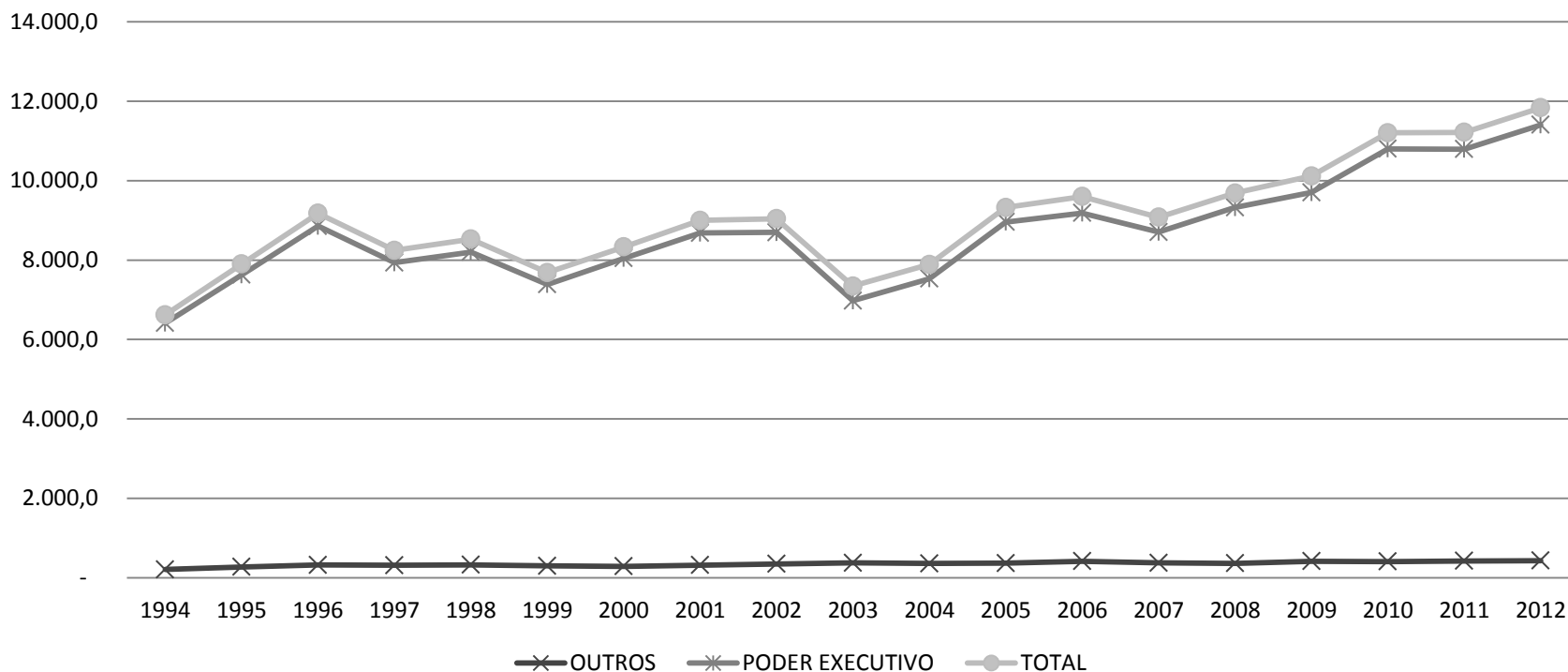
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM INVESTIMENTOS E INVERSÕES

Figura 9 Participação dos Poderes no Grupo Investimento e Inversões Financeiras



EVOLUÇÃO DAS OUTRAS DESPESAS CORRENTES

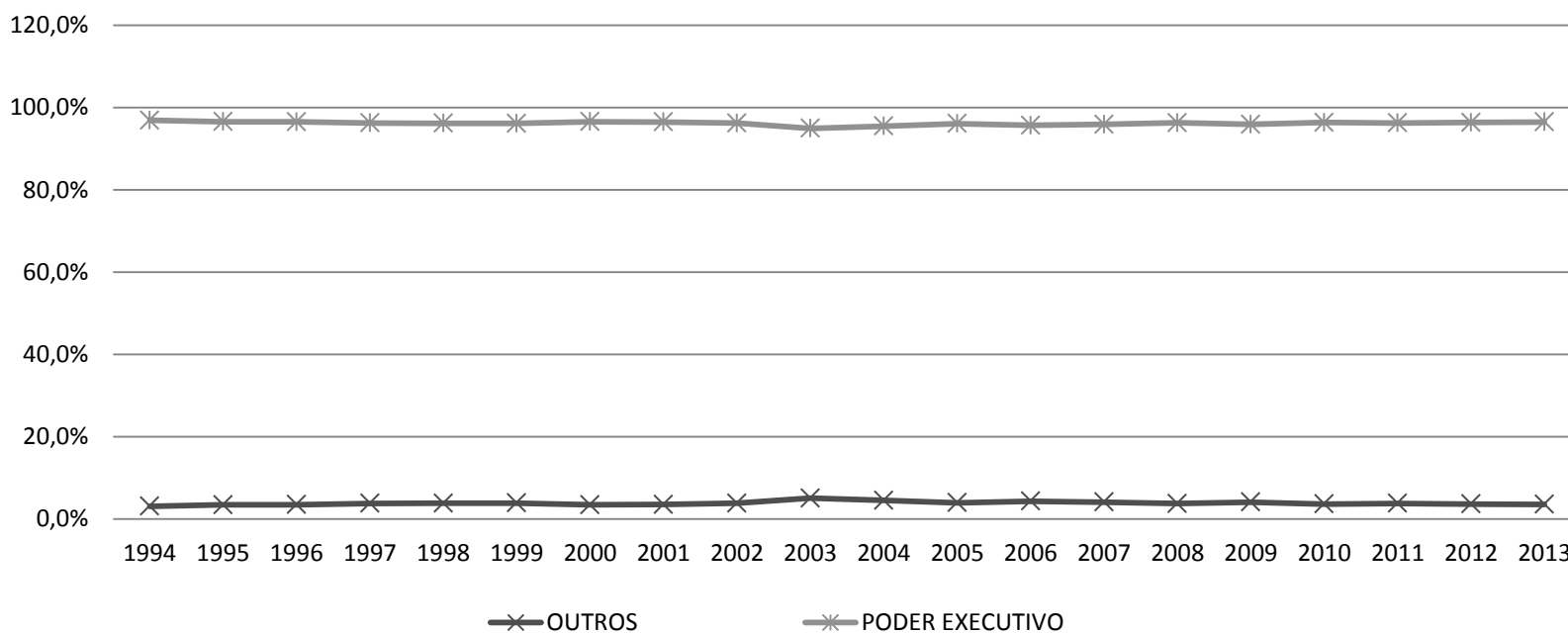
Figura 10 Grupo Outras Despesas Correntes



EM MILHÕES DE REAIS

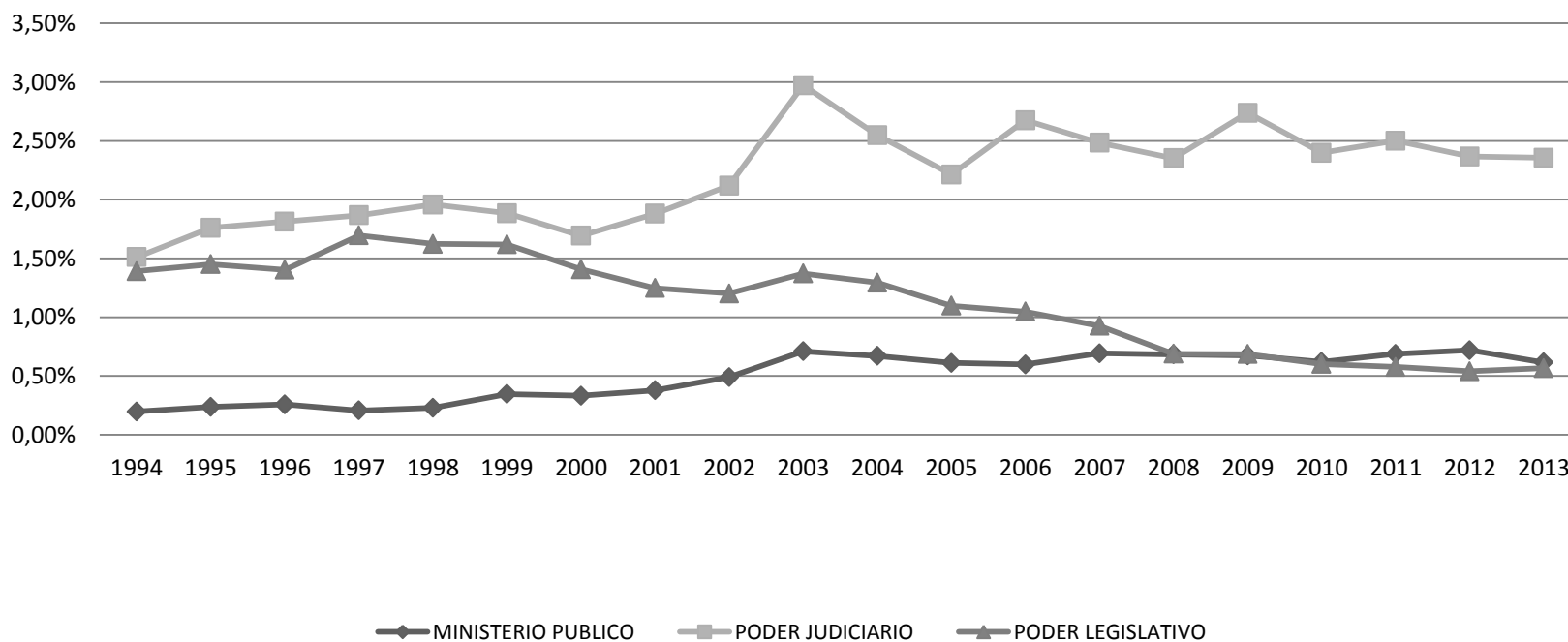
EVOLUÇÃO DAS OUTRAS DESPESAS CORRENTES

**Figura 11 Participação dos Poderes
Grupo Outras Despesas Correntes**



EVOLUÇÃO DAS OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Figura 12 Participação dos Outros Poderes no Grupo de Outras Despesas Correntes



RESUMO

- **Diminuição da participação do Executivo na Despesa Pública** → 91,5% para 84,5%;
- **Crescimento dos outros poderes:**
 - Ministério Público → 1,7%;
 - Judiciário → 4,3%;
 - Legislativo → 0,9%.
- Esta transferência se deve a um **aumento real** dos gastos dos outros poderes;

RESUMO

- O peso das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais no Total do gasto anual:
 - Executivo: 35% → 25%;
 - MP: 1,1% → 2,5%;
 - Judiciário: 4,2% → 7,6%;
 - Legislativo: 1,9% → 3%.

RESUMO

- A despesa com a Dívida Pública, incluindo juros, encargos e amortizações:
 - 23% (1994) → repactuação (1998) → 12%;
- O Grupo Investimento e o de Inversões Financeiras:
 - 7,9% (1994) → cresce com as privatizações até 1998 → depois média anual de 3% do total das despesas;
- Outras Despesas Correntes (Executivo 96%):
 - 27% (1994) → 47% (2013) do total da despesas anuais;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- A diminuição da participação do Executivo nos recursos financeiros do Estado e a correspondente elevação da participação dos demais poderes, principalmente do Judiciário, estão fortemente vinculados às despesas de pessoal, ativos e inativos;
- Dos 7% de perda: 5,8% são do grupo de Despesa de Pessoal e Encargos Sociais; 0,8% Outras Despesas Correntes e 0,4% Investimento e Inversões Financeiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Considerando que:
 - As despesas com pagamento de pessoal e encargos sociais são incomprimíveis (legislação);
 - Os serviços da dívida são despesas obrigatórias (contratuais);
 - O nível de investimento tem se mantido baixo (depende de superávits fiscais ou financiamentos);
 - Nos outros Gastos Correntes as participações dos poderes tem se mantido constante (vinculações);

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- O quadro das finanças se mantenha estável, com o aumento das receitas sendo insuficiente para alterar significativamente o nível de investimentos.
- Então é razoável supor que, a distribuição dos recursos entre os poderes tende a manter o mesmo padrão evolutivo no curto prazo, ou seja, **redução da participação do Executivo na divisão dos recursos financeiros do Estado.**

Obrigado